

O PROJETO “RECIFE ARTE PÚBLICA” E A CIDADE COMO TERRITÓRIO PARA AÇÕES EDUCATIVAS

Lúcia de Fátima Padilha Cardoso¹

RESUMO

Este texto apresenta o projeto “Recife Arte Pública” que mapeou esculturas, murais e vitrais inseridos em espaços públicos da cidade do Recife. A partir do mapeamento desse acervo, o projeto desenvolveu o livro “Cidade Educativa” que tem como proposta utilizar a arte pública como recurso para ações educativas multidisciplinares e ter a cidade como uma sala de aula ao ar livre e acessível a todas as pessoas.

*

Introdução

O que é *arte pública*? Definir esse termo pode não ser tão simples, especialmente nos dias de hoje, diante da variedade de manifestações artísticas na contemporaneidade. A princípio a arte pública parece estar relacionada à arte criada para ocupar espaços públicos da cidade. Entretanto, alguns autores consideram que toda a arte é pública, visto que as obras de arte que fazem parte de acervos dos museus estão acessíveis ao grande público, ou mesmo consideram que a própria noção de arte já indica que ela é pública, pois toda arte é feita para ser compartilhada com algum público (REGATÃO, 2015, p. 2).

O termo *arte pública* surgiu no século XIX para definir a diferença entre a arte que estava confinada em espaços privados – museus e galerias – da arte inserida na paisagem urbana. Com as novas possibilidades da arte contemporânea, surgiram outras denominações como *arte urbana*, *arte relacional*, *arte contextual*, *intervenção urbana*, etc. De acordo com

¹ Arquiteta, Arte Educadora e Coordenadora do Projeto “Recife Arte Pública”. E-mail: luciapadilha22@gmail.com

Regatão (2015, p. 1), essa variedade de termos para definir o que seja arte pública é relativamente recente e tem sua origem no século XX. Segundo o autor:

Durante um longo período de tempo a designação Arte Pública, entendida enquanto categoria artística suscitou o debate e alguma controvérsia nos meios acadêmicos, não apenas por se tratar de um termo relativamente recente no campo historiográfico, mas, sobretudo pelo facto de este conceito não reunir um consenso generalizado. Antes de mais, é um conceito que veio questionar as noções tradicionais de monumento escultórico, a sua forma e função, bem como o lugar do espectador, convocando novos modelos fundados na pesquisa estética desenvolvida durante o século XX. (REGATÃO, 2015, p. 1).

Para José Alves (2007, p. 5), esta polémica em definir o que seja arte pública pode ser simplificada. Segundo o autor, as obras de arte classificadas ou nomeadas como arte pública estabelecem duas características em comum: a) são obras de arte localizadas em espaços de circulação de público, e b) o público que passa a interagir com essas obras é consequentemente transformado em “público de arte”. O autor também chama a atenção para a origem da arte pública, a qual remonta às mais antigas experiências humanas com a arquitetura. Segundo ele:

Apesar de o campo ser percebido — e a sua atual denominação estabelecida — no discurso da arte, a partir da segunda metade da década de 1960, as origens da Arte Pública remontam às mais antigas obras de arte identificadas, como as pinturas das cavernas pré-históricas, as quais faziam “parte” da habitação. Em sequência, por um duradouro período, a arte foi praticamente entrelaçada com a arquitetura [Egito, Mesopotâmia, Grécia, Roma, catedrais da Idade Média, etc.]. Nessas culturas, muito do melhor trabalho artístico produzido parece ajustar-se àquilo que hoje é considerado como pertencente à “Arte Pública” (ALVES, 2007, p. 6).

Percebe-se então que, apesar de ser uma arte presente na história humana há bastante tempo, ainda é um campo de estudos relativamente recente e, portanto, torna-se um campo fértil para ampliar pesquisas e discussões sobre o assunto. Nesse sentido, tentar perceber seu conceito parece ser um bom começo para compreendê-la em seus múltiplos sentidos. Segundo Regatão (2015, p. 2):

Um dos aspetos que melhor caracteriza a arte pública é precisamente o carácter universal do seu envolvimento com o público, na medida em que se dirige a toda à sociedade e não apenas a um segmento específico, como geralmente se observa nos lugares institucionais da arte, e por isso participa diretamente no quotidiano social através dos locais de convívio

e lazer que integram a própria paisagem urbana. Diversos autores reconhecem, também, que este conceito serviu para distinguir duas práticas artísticas distintas, uma dirigida para museus e galerias e outra orientada para os espaços públicos. (REGATÃO, 2015, p. 2)

Além do aspecto de interação social cotidiana com o público, outro aspecto a ser considerado para se compreender a arte pública é seu caráter temporal, ou seja, a durabilidade da sua presença na paisagem urbana. Esculturas são exemplos de obras de arte públicas de caráter permanente, enquanto que grafites ou intervenções urbanas são, em sua maioria, de caráter temporário.

Sendo assim, de uma maneira geral, o termo arte pública pode ser entendido como a arte feita em espaços públicos, fisicamente acessível e que modifica a paisagem da cidade de maneira permanente ou temporária. E que, independente de ser permanente ou temporária, é provocadora de interações simbólicas e sensoriais entre a cidade e seus habitantes.

A arte presente nos espaços públicos permite descobrir uma série de narrativas que foram construídas ao longo do tempo, contam histórias de diferentes gerações, despertam sentimentos de identidade e uma pluralidade de relações para quem vivencia a cidade com um olhar mais atento.

Além disso, o fato de se localizarem em praças, ruas ou edificações públicas as torna fisicamente acessíveis em dois aspectos: tanto pela facilidade de encontrá-las nesses locais onde se transita no dia a dia, como pelo fato de poderem ser tocadas, permitindo estabelecer relações sensoriais diferentes das formalidades exigidas na maioria dos espaços institucionais da arte, como museus e galerias.

É possível perceber então que a arte inserida na paisagem e no convívio cotidiano das cidades possui o potencial de fazer conexões com diferentes campos do conhecimento – que vão além do campo da arte –, como história, sociologia e urbanismo, por exemplo. Nesse sentido, a arte pública pode ser considerada um valioso recurso educativo multidisciplinar, de fácil acesso e que pode ser utilizada em diversas ações educativas.

Entretanto, apesar de todo esse potencial, são raras as iniciativas que envolvem arte pública e ações educativas. A ausência de tais ações contribui para a invisibilidade de um conjunto de obras que possuem uma

riqueza simbólica, artística e cultural e que compõe um acervo público presente nas cidades, acessível a toda a sociedade, mas que permanece esquecido.

Segundo Reis (2007, p. 20), os estudos que cruzam arte pública e educação artística são escassos. Para as pesquisas desse autor, não interessava o conceito de arte pública, sua história ou sua finalidade, mas sim o objeto artístico em si e sua especificidade enquanto obra de arte e recurso educativo, visto que seu estudo tinha como foco principal a educação artística.

Em sua dissertação de mestrado, o autor diz que a arte em espaços públicos é importante porque nos dá “uma sensação de lugar” envolvendo as pessoas que o usam e tornam os espaços mais agradáveis, mais funcionais, capazes de “acolher a vida social”. Reis (2007, p. 51) aponta que é importante perceber o que se pode aprender através da arte pública e indica qual o papel educativo das obras de arte nos espaços públicos. A partir dessa intenção, o autor lança questões importantes sobre o papel da arte pública para ações educativas:

Se arte pública é vital porque existe onde vivemos e trabalhamos quer dizer que temos com ela uma relação quotidiana. Mesmo que não lhe prestemos a devida atenção, as obras estão lá! Já as vimos uma e outra vez, provavelmente todos os dias. Mas o que é que elas representam para nós? Que pensamos nós delas? Como as entendemos? O que aprendemos com elas? Nunca saberemos estas respostas se não pensarmos sobre elas, se não pararmos para observar, contemplar, fruir... e pensar outra vez. (REIS, 2007, p. 52)

Diante de todas essas considerações, surgiu o projeto “Recife Arte Pública” que, desde 2013, vem mapeando obras de arte que estão espalhadas por espaços públicos da cidade do Recife. Para estabelecer um recorte no objeto da pesquisa, o projeto fez a opção por obras de arte inseridas na paisagem urbana de caráter permanente e selecionou três categorias a serem mapeadas: esculturas, murais e vitrais. A intenção principal do projeto é tornar esse acervo visível e reforçar o potencial para ser incluído como recurso de ações educativas.

Mapeamento da Arte Pública do Recife: metodologia e resultados

A cidade do Recife abriga uma relevante coleção de obras de arte espalhadas em ruas, praças, parques e prédios públicos. Trata-se de um acervo admirável que transforma a cidade em uma exposição coletiva permanente. A maioria das obras está disponível para apreciação. Algumas representam verdadeiros cartões postais da cidade ou mesmo contam a história do Brasil e do mundo.

Porém, apesar de constituir um valioso patrimônio cultural da capital pernambucana, grande parte dessas obras passa despercebida pela população. Muita gente passa pelas ruas e não tem consciência de que certas obras possuem valores artísticos e que estão relacionadas com a história e a construção de identidades coletivas. Na maioria das vezes, a falta de conservação e a ausência de identificação das obras também contribuem para que não se desperte o interesse do público que circula pela cidade.

Diante dessa lacuna, surgiu o projeto “Recife Arte Pública”, cujo objetivo inicial foi tornar visível esse acervo público que está disponível a todas as pessoas e que é também um patrimônio artístico e cultural de toda a sociedade. Como ponto de partida, o projeto fez a opção por mapear obras de arte que estivessem inseridas na paisagem da cidade de forma permanente, em três categorias: esculturas, murais e vitrais.

Desde 2013, o projeto “Recife Arte Pública” já mapeou cerca de 300 obras de arte em espaços públicos da cidade do Recife. Durante a pesquisa, foram realizadas visitas in loco, entrevistas e consultas a livros e arquivos públicos. A equipe visitou 32 bairros da Região Metropolitana do Recife. Como resultado, foram mapeadas aproximadamente 200 esculturas, 80 murais e 30 vitrais localizados em ruas, praças, parques e edifícios públicos nas quatro zonas principais da cidade: *Leste (Centro), Norte, Oeste e Sul*.

Tal divisão teve como referência os limites territoriais das seis *Regiões Político-Administrativas* (RPA) estabelecidas pela Lei Municipal nº 16.293 de 22.01.1997, sendo a *Zona Leste (Centro)* equivalente à *RPA 01*, a *Zona Norte* à *RPA 02* e *RPA 03*, a *Zona Oeste* à *RPA 04* e *RPA 05* e a *Zona Sul* à *RPA 06*. Durante o mapeamento, foi realizada uma pesquisa coletando dados

relevantes sobre as obras, como informações sobre seus autores, títulos e datas em que foram realizadas.

Para o mapeamento das esculturas, o projeto identificou mais de 100 pontos de localização de espaços públicos no Recife. São monumentos, esculturas, estátuas, bustos, que datam do século XVIII até os dias atuais, muitas delas associadas à arquitetura de prédios. Entre as esculturas, destacam-se obras de artistas pernambucanos como Abelardo da Hora, Francisco Brennand e Corbiniano Lins. Muitas dessas obras foram criadas na década de 1960, com temas que reforçam fatos históricos de Pernambuco ou criam relações com uma identidade local.

O mapeamento das esculturas também permitiu identificar conjuntos de obras que juntas formam percursos temáticos pela cidade, como por exemplo, o conjunto de obras localizadas na Rua da Aurora, que trazem como tema o período do Regime Militar no Brasil e cujo destaque é o “Monumento Tortura Nunca Mais”. Da mesma maneira, o “Circuito da Poesia” faz homenagem a personagens do universo literário e musical pernambucano e que espalhou 18 estátuas por ruas e praças do Recife.

Outra peculiaridade do mapeamento das esculturas do Recife é o conjunto de obras que fazem homenagens aos trabalhadores e personagens populares, como os violeiros, o sanfoneiro, o vendedor de caldo de cana, o vendedor de pirulito, o pescador, o carteiro e o gari. A maioria das esculturas é de autoria de Abelardo da Hora, Corbiniano Lins e José Faustino de Nova Jerusalém. Esse conjunto de obras poderia compor o “Circuito dos Trabalhadores”, um percurso temático ainda pouco explorado e que é uma singularidade da cidade do Recife.

Em se tratando dos murais artísticos, o projeto mapeou mais de 80 obras localizadas em ambientes externos ou internos, tanto em espaços públicos como também em espaços privados, mas com livre acesso ao público. Entre os principais nomes da arte mural do Recife estão Francisco Brennand, Lula Cardoso Ayres e Cícero Dias. Boa parte desses murais foi produzida entre as décadas de 40 e 90, utilizando técnicas artísticas diversas como pintura, cerâmicas ou azulejaria.

Entre os murais mapeados, destacam-se os murais pintados por Cícero Dias, em 1948, e que são considerados os primeiros murais abstratos da América Latina. Ao todo foram pintados nove murais em diferentes ambientes do edifício onde hoje funciona a Secretaria da Fazenda de

Pernambuco (SEFAZ). Pintados sobre paredes, os murais trazem elementos da paisagem do Nordeste, como o canavial, o coqueiral, o mar e o rio Capibaribe. Devido às inúmeras reformas na edificação ao longo dos anos, os murais ficaram encobertos até o início dos anos 80, quando um processo de restauração recuperou seis deles.

No mapeamento dos vitrais, o projeto identificou cerca de 30 vitrais inseridos no espaço construído de edifícios públicos, como igrejas, prédios de instituições governamentais, clubes, teatros e cinemas. Foi possível encontrar vitrais da década de 1930 até o final do Século XX, presentes em exemplares tanto da arquitetura eclética como da moderna.

O vitral do Palácio da Justiça de Pernambuco, feito pelo artista alemão Heinrich Moser, em 1930, é um dos destaques dessa categoria. Moser trabalhava com vidros coloridos, cujos matizes chegavam aproximadamente a 200 tonalidades. O vitral do Palácio da Justiça é uma das suas obras mais significativas e é reconhecido nacional e internacionalmente tanto pela qualidade técnica como por ser um raro exemplo de harmonia de composição entre cor, luz, sombra e traço.

A presença de artistas mulheres na arte vitralista recifense também é um diferencial nesse mapeamento, com ênfase para o conjunto de obras da pernambucana Aurora de Lima e de Marianne Peretti, artista francesa, radicada em Olinda, considerada uma das maiores vitralistas do Brasil.

O resultado de todo o mapeamento do projeto “Recife Arte Pública” – esculturas, murais e vitrais – pode ser conferido no site www.recifeartepublica.com.br com imagens e informações sobre as obras e os (as) artistas.

Cidade Educativa: a Arte Pública como recurso educativo

A partir do mapeamento do projeto, ficou evidente o potencial que o acervo da arte pública do Recife poderia oferecer a todo o público que transita por seus espaços urbanos, sejam seus habitantes ou pessoas que visitam a cidade. Também ficou claro que a falta de informações sobre as obras de arte contribuía para a invisibilidade e o desperdício de um recurso educativo acessível a muitas pessoas.

Algumas questões nortearam o processo de investigação e o reconhecimento do potencial educativo da arte pública do Recife, tais

como: “O que podemos aprender com a arte pública inserida na paisagem urbana do Recife?”, “Como entender as relações entre arte, cidade, memórias e identidades?”, “De que maneira a arte pública constrói identidades coletivas?”, “Quais histórias estão sendo contadas (ou silenciadas) a partir daquela obra de arte pública?”, “A arte pública representa o quê e para quem?”.

A partir desses questionamentos, o projeto começou a identificar similaridades entre algumas obras de arte que favoreciam agrupamentos temáticos voltados para abordagens educativas. Dessa maneira, surgiram quatro eixos temáticos: *Cidade Arte*, *Cidade Memória*, *Cidade Identidade* e *Cidade Poesia*.



Parque de Esculturas com
Torre de Cristal.
Francisco Brennand.
Recife, 2000.
Foto: Breno Laprovítera

Para cada um desses eixos temáticos, foram selecionados conjuntos de obras que dialogavam com o conteúdo de cada tema. Além disso, foi levada em consideração a localização dessas obras para que fosse possível criar percursos que permitissem tecer relações entre as obras, o eixo temático e a cidade vista como uma sala de aula ao ar livre.

O centro do Recife foi escolhido como o recorte principal para a seleção das obras e percursos, visto que é a área da cidade com maior concentração de arte pública. A partir desses pontos norteadores, foram então desenvolvidos os conteúdos para cada tema.

O tema *Cidade Arte* sugere olhar para a cidade como uma exposição de arte a céu aberto onde é possível conhecer obras de diferentes artistas, feitas com técnicas e poéticas distintas.



Rosa dos Ventos.
Cícero Dias.
Recife, 2000.
Foto: Breno Laprovítera



Em *Cidade Memória* a proposta é conhecer histórias representadas em obras de arte públicas que promovem a construção e reconstrução de uma memória coletiva, compartilhada por diferentes gerações.



Joaquim Nabuco e a Abolição da Escravatura.
Abelardo da Hora.
Recife, década de 60.
Foto: Breno Laprovítera

As obras selecionadas para o tema *Cidade Identidade* sugerem reflexões sobre o conceito de identidade e sobre a pluralidade cultural brasileira. E, por fim, o tema *Cidade Poesia* convida para conhecer o universo literário e vivenciar a cidade como um lugar poético.



Violeiros
Abelardo da Hora.
Recife, década de 1960.
Foto: Hassan Santos

A partir disso, foi elaborado o livro “Cidade Educativa”, cuja proposta principal é que professoras e professores possam utilizar esses temas para inspirar suas aulas e ter a arte pública como um recurso educativo multidisciplinar e de fácil acesso a todas as pessoas, além de explorar a cidade como território para a criação de ações educativas diversas.

O livro traz textos informativos, imagens das obras de arte, sugestões de atividades, questões mediadoras, propostas de leituras e um mapa com a localização das obras selecionadas para se fazer o percurso sugerido por cada tema. Além disso, o livro apresenta algumas imagens acompanhadas de audiodescrição, favorecendo o acesso para pessoas com deficiência visual, como também incentivando experiências através do toque para perceber formas, texturas e uma série de sensações acessíveis para qualquer pessoa.

No site do projeto “Recife Arte Pública” – www.recifeartepublica.com.br – há uma versão digital do livro “Cidade Educativa” disponível para leitura, além de quatro videoaulas de introdução a cada um dos temas.

A partir dessas iniciativas, o projeto pretende incentivar a inclusão da arte pública como recurso educativo e a compreensão da cidade como um território fértil para ressignificar identidades, memórias e sentidos simbólicos através da arte que está acessível nos espaços públicos e constitui um patrimônio artístico e cultural de toda a sociedade.

REFERÊNCIAS

ALVES, J. F. Arte Pública: Produção, Público e Teoria. In: **Simpósio de Artes Plásticas**: Experiências Atuais em Arte Pública, 16º, 2007, Santander Cultural, Porto Alegre.

FRANCA, Rubem. **Monumentos do Recife**: estátuas e bustos, igrejas e prédios, lápides, placas e inscrições históricas do Recife. Recife: Secretaria de Educação e Cultura, 1977.

FREYRE, Gilberto. **Guia prático, histórico e sentimental da cidade do Recife**. São Paulo: Global Editora, 2007.

RECIFE ARTE PÚBLICA: ESCULTURAS. Livreto do projeto **Recife Arte Pública**, 2016.

REGATÃO, J. P. Do Monumento Público à Arte Pública Contemporânea. **Convocarte**. Revista de Ciências da Arte, Lisboa, Tema: Arte Pública, v.1, p. 66-76, 2015.

REIS, Ricardo. **Arte Pública como recurso educativo**. Lisboa: Faculdade de Belas Artes. Tese de Mestrado, 2007.